

**O PAPEL DA DIVISÃO SOCIOSSEXUAL DO TRABALHO NA CONSTITUIÇÃO DE
SUBJETIVIDADES GENDRADAS**

**EL PAPEL DE LA DIVISIÓN SOCIO-SEXUAL DEL TRABAJO EN LA CONSTITUCIÓN
DE LAS SUBJETIVIDADES DE GÉNERO**

**THE ROLE OF THE SOCIO-SEXUAL DIVISION OF LABOR IN THE CONSTITUTION
OF GENDERED SUBJECTIVITIES**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i1.54125>

Terezinha Martins dos Santos Souza¹

Resumo: Desde a economia política dos trabalhadores, objetiva-se conhecer como o capital recorre ao sistema sexo/gênero para se perpetuar como modo de organizar a vida, expresso na organização patriarcal da família. Analisam-se as relações entre divisão sociossexual do trabalho, linguagem e família no engendrar das desigualdades de gênero. Para a construção de um mundo humanamente emancipado, defende-se a abolição da divisão sexual do trabalho, pilar da divisão social do trabalho. Que a organização do trabalho seja determinada pela necessidade social do sujeito coletivo e pelo desejo/capacidade dos sujeitos singulares.

Palavras-chave: Marxismo. Divisão Sociossexual do Trabalho. Sistema Sexo/Gênero. Psicologia Histórico-Cultural.

Resumen: Desde la economía política de los/las trabajadores/as, el objetivo es conocer cómo el capital recurre al sistema sexo/género para eternizarse como forma de organización de la vida, manifestada en la organización patriarcal de la familia. Se analizan las relaciones entre la división socio-sexual del trabajo, el lenguaje y la familia en el engendramiento de desigualdades de género. Para la edificación de un mundo humanamente emancipado se defiende la abolición de la división sexual del trabajo, sostén de la división social del trabajo. Que la organización del trabajo esté determinada por la necesidad social del sujeto colectivo y por el deseo y la capacidad de los sujetos individuales.

Palabras clave: Marxismo. División Socio-sexual del Trabajo. Sistema Sexo/Género. Psicología Histórico-Cultural.

Abstract: From the political economy of workers, it is aimed to know how capital appeals to the sex/gender system in order to preserve itself as an organizing life manner, expressed along the patriarchal organization of family. Thus, the liaisons between socio-sexual division of work and language and family in engendering gender inequalities are herein analysed. So, for a humanly emancipated world construction, we may uphold the abolishment of sexual division of work, the backbone of social division of work. Moreover it's expected work organization to be determined by social needs of a collective subject and, at the same time, by desire and scope of individual subjects.

Keywords: Marxism. Socio-sexual Division of Labour. Sex/Gender System. Historical-Cultural Psychology.

Introdução

A Economia Política dos Trabalhadores, ciência fundada por Karl Marx e Friedrich Engels², tem como escopo o estudo das relações sociais produzidas no interior do Modo de Produção Capitalista (MPC), referindo-se a todas as relações sociais, incluídas as relações de gênero. A análise do MPC, especialmente na sua fase da acumulação flexível, é ininteligível sem a obra marxiana/englesiana, mas tampouco o é somente com o recurso a esta obra.

Na contramão de todo o ataque que a teoria social criada por Marx e Engels tem sofrido, o primeiro cartel do século XXI assiste a uma profusão de estudos auto-intitulados feministas, que, com seus escritos, aparentemente parecem resgatar formulações destes autores para analisar as questões de gênero. Uma análise destas formulações revela uma série de problemas. O primeiro deles refere-se ao rompimento com o princípio da totalidade. Marx não postula uma indiferenciação das abordagens do social, mas fundamentalmente sustenta que a compreensão do social constitui uma unidade teórica articulada, que se restringe necessariamente à sociedade. O conhecimento do objeto de estudo, que é a sociedade, depreende-se de sua análise a partir de uma perspectiva de totalidade.

O segundo problema é a que algumas posições projetam sobre Marx a ideia da especialização das ciências sociais, nas quais se toma alguns “achados” destes pensadores, segmentando-as e construindo uma verdadeira colcha de retalhos, não uma teoria unitária. Em alguns casos, tomam-se formulações importantes da teoria marxista e se “fundam” novas teorias, sem vinculá-las corretamente à sua origem teórico-conceitual. Refutam-se aqui tanto a visão religiosa do marxismo, que toma como indiscutíveis todos os escritos dos seus autores, bem como a visão oportunista que rompe com o princípio da totalidade e com o tripé sobre o qual se funda a obra de Marx e Engels, qual seja, a teoria do valor trabalho, a dialética e a ideia da revolução.

A subsunção real da vida social ao capital se revela também na aderência de vastos setores sociais, que, no último quartel do século XX, se apresentavam como críticos à ordem do capital e hoje se constituem em áulicos desta mesma ordem. Em uma sociedade de classes, quando um discurso enfatiza o “bem comum”, a cidadania, o “para todos”, o contrato social, tal discurso revela, por parte de quem o pronuncia, compromissos ideológicos com a manutenção do *status quo*, bem como aponta para o ocultamento de processos de exploração, sujeição e servidão de uma classe por outra. Para Marx (1989), no seio das sociedades constituídas em torno de interesses antagônicos, ocorre o processo pelo qual cada um concorre para o bem comum, buscando obter seu próprio proveito pessoal.

Os interesses antagônicos são primordialmente interesses de classe, mas o capital apresenta vários interesses apenas conflituosos como se fossem contraditórios, criando abismos e obstáculos de difícil superação, que se situam no terreno das diferenças de sexo/gênero, da raça/etnia, geracionais, religiosas, culturais etc

O capital recorre também a antagonismos de gênero para conseguir seu objetivo, que é valorizar o valor.

Os operários de ofício (...) lutaram passo a passo contra a introdução desses princípios de organização do processo de trabalho. Foi preciso esperar as situações de exceção engendradas pela 1ª guerra (...) o apelo à força de trabalho feminina, ao mesmo tempo menos qualificada e menos combativa (...) (GRAMSCI, 1984, p. 40).

Para o materialismo histórico-dialético (MHD), no capitalismo todas as opressões têm sua gênese e determinação central na exploração econômica, de extração de mais-valia. Quando os membros de um sexo ou raça/etnia podem ter sua força de trabalho diminuída ou podem ser excluídos de determinadas funções e a divisão em sexo/gênero e raça/etnia obstaculiza a luta conjunta da classe trabalhadora, na medida em que as condições objetivas de cada grupo, por interesses imediatos, aparecem como se foram muito diferentes, mas na verdade não só os interesses históricos como os imediatos coincidem.

A utilização das mulheres como força de trabalho mais barata e mais flexível, mais “submissa”, não é nova na história da classe trabalhadora e inclusive serve de mote para que o movimento operário veja com reservas a participação das mulheres (isto é, o sexismo recrudescer, mas não se origina aí). No que se refere ao sistema sexo/gênero, é o patriarcado que organiza os interesses dos homens contra as mulheres, que se expressam como relações de opressão e dominação. Mas os antagonismos de gênero organizam primordialmente o trabalho das mulheres, quando o capital necessita aumentar a exploração (para cumprir seu objetivo, que é valorizar o valor).

Neste artigo, analisam-se as relações entre divisão sociossexual do trabalho, linguagem e família na construção e manutenção da desigualdade de gênero. Esta análise se constitui de quatro momentos diversos, mas que formam uma unidade. O primeiro momento é constituído pela análise da divisão social do trabalho, no interior da qual se estabelece a divisão sexual do trabalho; no segundo momento, perquire-se a relação entre o patriarcado e as subjetividades gendradas; no terceiro, analisa-se o ser social e a linguagem; e no quarto, perquire-se como a família contribui para engendrar e manter as desigualdades de sexo/gênero.

Divisão social do trabalho

Para Marx (1989), a divisão social do trabalho é a totalidade das formas heterogêneas de trabalho útil, que diferem em ordem, gênero, espécie e variedade. A divisão social do trabalho é uma condição necessária para a produção de mercadorias, pois, sem atos de trabalho mutuamente independentes, executados isoladamente uns dos outros, não haveria mercadorias para troca no mercado. Mas a recíproca não é verdadeira: a produção de mercadorias não é uma condição necessária para a existência de uma divisão social do trabalho; mesmo as comunidades primitivas já conheciam a divisão social do trabalho, sem que seus produtos fossem convertidos em mercadorias. A divisão do trabalho dentro de uma fábrica não é o resultado da troca, entre trabalhadores, dos seus produtos individuais (MARX, 1989).

Marx sinaliza a existência de duas divisões de trabalho inteiramente diversas entre si. A primeira delas é a **divisão social do trabalho**. Trata-se do sistema complexo das formas úteis diferentes de trabalho, que são executadas independentemente umas das outras por produtores privados, o que no capitalismo constitui-se como uma divisão do trabalho que se dá na troca entre capitalistas individuais e independentes que completam uns aos outros.

A segunda destas formas é a divisão social do trabalho entre trabalhadores, na qual cada um dos trabalhadores executa uma operação parcial de um conjunto de operações que são – todas – realizadas simultaneamente, tendo como resultado o produto social do trabalhador coletivo. É na produção que ocorre esta divisão social de trabalho, no confronto entre o capital e o trabalho, dentro do processo de produção. Faz-se mister atentar que, não obstante esta divisão do trabalho na produção e a divisão de trabalho na troca se relacionem mutuamente, elas possuem gênese e desenvolvimento distintos.

A divisão social do trabalho vige em todas as sociedades conhecidas até aqui e baseia-se, originalmente, nas diferenças da fisiologia humana (como sexo), mas que são hierarquizadas e utilizadas, a depender das relações sociais que predominam em cada formação social particular, para privilegiar interesses dominantes. Coletividades diferentes têm possibilidades diversas de acesso aos meios de produção, assim como de subsistência em seus ambientes naturais. É precisamente essa diferença que torna necessária a troca de produtos, impulsionando o contato entre diferentes comunidades. A divisão social do trabalho é engendrada, então, tanto pela troca no interior das unidades sociais (como família e tribo) como entre elas, o que faz emergir a especialização da produção.

O evoluir do MPC engendra a divisão social do trabalho no seio do processo de produção, que constitui uma produção especificamente capitalista que se relaciona com a divisão social do trabalho. Vejamos como se constitui esse processo. O objetivo do capital é valorizar o valor e isso se dá por meio da produção da mais-valia. No processo histórico que funda o MPC, a busca pela mais-valia reúne produtores artesanais, antes independentes, em um mesmo processo de produção, que se realiza num mesmo local, porém agora sob o controle do capital. Por conseguinte, a divisão do trabalho na produção prospera às custas da divisão social do trabalho. É neste momento histórico que emerge a divisão público e privado, que, no interior do processo de divisão social do trabalho, faz surgir novas diferenciações entre o trabalho realizado por homens e mulheres. Surgem, assim, novas configurações que aprofundam a divisão sexual do trabalho.

As mulheres continuam sob a égide da divisão sociossexual do trabalho, mas (quase) excluídas da divisão social do trabalho no seio do processo de produção, posto que a elas foram relegadas as tarefas da reprodução social, feitas privadamente, fora do espaço da produção de valor. Aqui se origina uma divisão sociossexual do trabalho que assume novo contorno e cujos rebatimentos analisaremos mais adiante.

Neste ínterim, a produção em certos processos de trabalho é decomposta em seus elementos constitutivos, cada um dos quais torna-se objeto de um processo de produção distinto: desta maneira, a divisão social do trabalho desenvolve-se à custa da divisão do trabalho na produção. Mas as forças produtivas desenvolvidas pelo capital aumentam em ritmo tal que ambas as divisões se expandem, demarcando e revendo continuamente as linhas que as separam. Destarte, não são os limites impostos pelas proporções do mercado que estruturam a divisão capitalista do trabalho, mas o imperativo da acumulação. Não obstante a ocorrência desta contínua interação, a especialização que se efetua na produção e que se realiza sob o controle do capital é de gênero bem diferente da que tem lugar na troca entre capitais diferentes.

Em primeiro lugar, a divisão de trabalho na troca (que ocorre no MPC) apenas reúne todos os diferentes processos de produção existentes, na medida em que estes produzem mercadorias, pois só é

possível ligar entre si trabalhos diferentes por intermédio dos produtos desses trabalhos, enquanto mercadorias – conexão essa que se realiza unicamente nas atividades de compra e venda. De maneira oposta, nenhum trabalhador individual produz uma mercadoria na divisão do trabalho na produção, constituindo-se cada trabalhador como apenas um constituinte do trabalhador coletivo, a soma total de todas as atividades especializadas. Sendo que as únicas atividades de compra e venda que ocorrem nesse processo são a compra, pelo capitalista, da força de trabalho do número de trabalhadores necessários, bem como a venda da força de trabalho ao capitalista por parte desses trabalhadores.

Em segundo lugar, a divisão social do trabalho na sociedade demanda uma distribuição ampla dos meios de produção entre um grande número de produtores independentes. Mas a divisão do trabalho no seio da produção pressupõe a concentração dos meios de produção como propriedade exclusiva do capitalista.

Em terceiro lugar, o modo pelo qual as duas formas de divisão do trabalho são organizadas é totalmente diferente. No que concerne à divisão do trabalho na sociedade, que, como diz Marx (1989b), é o jogo do acaso e do capricho, tem sua influência redundando em uma distribuição aparentemente arbitrária de capitais entre os vários ramos de trabalho social. Todo capitalista é impelido pela necessidade de produzir um valor de uso e subordinado pelas considerações da lucratividade, mas tais constrangimentos só são sentidos por ele por meio das flutuações dos preços. Dessa forma, a divisão social do trabalho é imposta *a posteriori*, pelo processo de concorrência, mas, em oposição a isso, o que se chama de “acaso e capricho” não têm nenhuma influência no processo de produção, pois aí cada trabalhador tem uma função determinada, especificada em proporções estabelecidas com as dos outros trabalhadores e com os meios de produção. Trata-se de um dispositivo que pertence ao capital, como sua propriedade privada. Isso significa que a divisão do trabalho na produção é planejada, regulada e controlada pelo capital, imposta *a priori* pelos seus poderes coercivos (MOHUN, 1997).

Assim, sobre uma determinada sociedade em que o modo de produção capitalista prevalece, Marx afirma que “a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho se condicionam reciprocamente” (MARX, 1996, p. 449).

O processo de subordinação do trabalho aos meios de produção se efetiva em sua mais cabal extensão na produção mecanizada, mas a ideologia burguesa atua para que essa subordinação apareça como desejável, proclamando a divisão organizada do trabalho no seio da produção como a organização que aumenta a força produtiva do capital. Quando surgem tentativas conscientes de controlar a desorganização social do trabalho, tais como regulamentação, planejamento de acordo com critérios estabelecidos socialmente, posto que as operações parciais às quais os trabalhadores são confinados por toda vida travam e desfiguram suas possibilidades humanas, estas iniciativas são ferozmente combatidas, classificadas como “desordem” e “despotismo”. São denunciadas, em todos os meios que se encontram ao dispor dos capitalistas, como uma barreira para a liberdade individual, aos direitos de propriedade privada e da iniciativa ou espírito empresarial do capitalista individual.

A ideologia burguesa estuda a divisão de trabalho em termos da distribuição dos indivíduos por empregos segundo preferências e habilitações (inatas ou adquiridas), a proclamar a especialização como

fonte de maior desenvolvimento e maior produtividade, e, em geral, a ignorar a divisão do trabalho como produto de determinadas relações econômicas e sociais. Categorias e instituições historicamente específicas são tratadas como eternas e não como transitórias.

Para se contrapor a tal tendência, se faz mister analisar historicamente a divisão social do trabalho. Destarte, é importante proclamar que não é possível o desenvolvimento das forças produtivas sem a divisão técnica do trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas, movimento inscrito na lógica do trabalho como ontologia, significa também uma crescente especialização técnica, que é um nível da divisão do trabalho. Ou seja, cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas implica operadores, instrumentadores em graus diversos, que só podem ser resultado de uma crescente diferenciação em seus fazeres.

Quanto mais se desenvolvem as forças produtivas mais se necessita de especialistas. Nos dizeres de Lukács,

(...) a dialética interna do constante aperfeiçoamento do trabalho se expressa no fato de que, enquanto o trabalho é realizado, seus resultados são observados etc e cresce continuamente a faixa de determinações que se tornam cognoscíveis e, por conseguinte, o trabalho se torna cada vez mais variado, abarca campos cada vez maiores, sobe de nível, tanto em extensão quanto em intensidade (LUKÁCS, 1997, p. 9).

Depreende-se assim que a especialização é resultado de uma divisão técnica do trabalho. A divisão social do trabalho faz referência não à qualificação específica ou não de um operador, mas refere-se ao estatuto desse operador em face do conjunto do processo de trabalho. A divisão social do trabalho decide a posição que o sujeito tem no conjunto do processo produtivo, se ele é comandante ou comandado. O correto é falar em divisão sociotécnica do trabalho, porque há uma imbricação da especialização operativa, uma possibilidade posta pelos estatutos dos sujeitos, antes mesmo de entrarem no processo de trabalho. A divisão social do trabalho está relacionada à divisão técnica, mas está muito mais relacionada a mecanismos de poder que expressam relações jurídicas de propriedade do que a exigências técnicas *stricto sensu*.

A divisão social do trabalho é um fenômeno historicamente determinado, no sentido de que tem limite, enquanto que a divisão técnica do trabalho tenderá a crescer cada vez mais. É possível perspectivar uma sociedade em que a divisão técnica do trabalho seja extremamente avançada, sem que isso signifique que aquele que opera especializadamente se torne especialista no sentido da mutilação de suas capacidades. Distinguir divisão técnica de divisão social é necessário para conceber uma sociedade do futuro em que haverá possibilidade de educação e de uma recorrência à formação, as quais permitam que todos acessem esse tipo de saber. Não distinguir entre divisão técnica e divisão social promove uma identificação que naturaliza a divisão social do trabalho.

No MPC os produtos do trabalho humano dominam os próprios produtores, como o trabalho morto, objetificado em sua existência como capital, o qual exerce seu domínio sobre o trabalho vivo mediante as leis aparentemente objetivas da oferta e da procura. Perscrutemos então o como e o porquê da necessidade do surgimento da divisão sexual no interior mesmo da divisão social do trabalho, parte movida e movente do mesmo processo.

Divisão sociossexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho refere-se a uma diferenciação entre papéis destinados a homens e mulheres e está presente em todas as sociedades humanas conhecidas até aqui. As formas dessa divisão sexual do trabalho são extremamente variadas, bem como são variadas tanto a extensão como a rigidez da separação entre os afazeres considerados apropriados aos homens e aqueles atribuídos às mulheres.

O MPC se apoia na hierarquia patriarcal para configurar sua estrutura, efetivando uma divisão sociosexual do trabalho, na qual as funções de reprodução social (vida privada) se tornam função exclusiva das mulheres, ao passo que as tarefas da produção da vida (vida pública) se tornam função dos homens. Para tanto, se implementa a separação entre o local do trabalho e a casa, aprofundando a divisão social do trabalho, agora fortemente marcada pelos padrões de gênero.

O patriarcado é um conjunto de relações sociais que tem uma base material, em que há entre os homens um conjunto de relações hierárquicas e solidárias, que permitem que estes controlem as mulheres (HARTMANN, 1980). Trata-se de um sistema de dominação/opressão, em que os homens são tomados por superiores e as mulheres, por inferiores. O patriarcado tem sua base na divisão sexual do trabalho e na submissão do patrimônio (a mulher e os/as filhos/as) ao patriarca (o homem).

É na família que essa divisão sexual do trabalho encontra seu *locus* privilegiado, mas essa divisão se espalha, obedecendo à mesma lógica, até as funções exercidas no mundo público, no trabalho assalariado. A forma que a divisão sexual do trabalho assume, a partir das sociedades industriais, implica em mudanças na estrutura familiar, em direção à família nuclear.

Patriarcado e subjetividade

Para entender o processo de formação do patriarcado, é necessário que se conheça como se constitui a subjetividade dos seres sociais, como concretude que auxilia a opressão a colocar-se em ação, enquanto contribui para o seu fortalecimento. Para analisar a constituição da subjetividade, sob a égide dos valores patriarcais, utilizam-se principalmente as análises de Liev Vigotski (1998, 1998b, 1999, 1999b), quem examinou a formação do psiquismo e da importância da linguagem em tal constituição, criando um sistema explicativo do psicológico, que leva em conta a totalidade, e que parte do social para o sujeito, sem tirar deste o caráter de ativo e constituinte.

A psicologia histórico-cultural (PHC) possibilita o estudo da constituição dos processos subjetivos, sem reduzi-los ao internismo, nem ao indivíduo singular separado de suas particularidades históricas, pois “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular; em sua realidade, é o conjunto das relações sociais” (MARX, 1986, p. 13). É a partir da PHC que realizo uma análise de como se constitui e se mantém a opressão sobre as mulheres.

O sistema sexo/gênero pode assim ser analisado, seja quanto à gênese, seja quanto à manutenção – não só como norma e lei (isto é, exterioridade), mas também como subjetividade (interioridade). Para Vigotski (1998; 1998b), a subjetividade está dentro, mas também está fora, visto que nada existe dentro sem que, anteriormente, não tenha sido produzido fora. O gênero é um conjunto de características sociais atribuídas e construídas em corpos biológicos, de machos e fêmeas, que se transmutam de acordo com um

conjunto de características históricas, que vão da materialidade da sobrevivência corporal – do primeiro ato histórico, como o chamou Marx – à biologia, até a normatização do desejo. A análise das variadas determinações que compõem a formação do gênero assinala que essas determinações não estão só fora, mas também são da ordem de como são vividas, sentidas.

O objeto de estudo da psicologia é o ser humano tomado em sua totalidade, como relação entre indivíduo e sociedade. Analisar a formação do sujeito gendrado – perpassado pelas exigências de gênero – se faz por meio do procedimento metodológico que propõe,

[...] de uma parte, [de] arrancar os fenômenos de sua forma imediatamente dada, [de] encontrar as mediações pelas quais eles podem ser relacionados a seu núcleo e a sua essência e tomados em sua essência mesma, e, doutra parte, [de] alcançar a compreensão deste caráter fenomênico, desta aparência fenomênica, considerada como sua forma de aparição necessária. Esta forma de aparição é necessária em razão de sua essência histórica, em razão de sua gênese no interior da sociedade capitalista (LUKÁCS in NETTO, 1981, p. 68).

O processo histórico não constitui diferentes funções psicológicas para os gêneros, ainda que criando algumas específicas para homens e outras para as mulheres, mas se alteram os nexos entre as funções psicológicas e as determinações sociais; a forma como a educação, as instituições, as funções sociais, a ideologia (como é construída e mantida) fazem com que se fortaleçam algumas funções psicológicas nas mulheres – por exemplo, a afetividade – e outras nos homens – por exemplo, a racionalidade. Essas funções psicológicas, exercidas diferentemente por homens e mulheres, “aparecem” como biológicas, naturais, não como construídas e, desta forma, acabam se cristalizando como qualidade “natural” de cada um, homem ou mulher. Assim,

De certa forma, sucede ao homem como à mercadoria. Pois ele não vem ao mundo nem com um espelho, nem como um filósofo fichtiano: eu sou eu, o homem se espelha primeiro em outro homem. Só por meio da relação com o homem Paulo, como seu semelhante, reconhece-se o homem Pedro a si mesmo como homem. Com isso vale para ele também o Paulo, com pele e cabelos, em sua corporalidade paulínica, como forma de manifestação do gênero humano (MARX, 1996, p. 181).

Nas sociedades de classe, estruturalmente os significados são distribuídos diferentemente para cada indivíduo, conforme a posição que ele ocupa na produção, donde se deriva que a classe a que o sujeito pertence, bem como seu sexo/gênero e raça/etnia, determina quais ordens são recebidas e como se dá seu processo de internalização, uma vez que

Um indivíduo ordena e outro cumpre. O indivíduo ordena a si mesmo ele mesmo cumpre. durante o processo de desenvolvimento psicológico, surge, por conseguinte, a fusão em um primeiro momento, toda função superior estava dividida entre duas pessoas, constituía um processo psicológico mútuo. um deles se dá em meu cérebro, outro, no do indivíduo com quem discuto [...] qualquer processo volitivo é inicialmente social, coletivo, interpsicológico. [...] Surge nela um complicado sistema de funções que inicialmente estavam cindidas de determinadas funções que, no princípio, estavam em duas pessoas. a origem social das funções psíquicas superiores constitui um fato muito importante (VIGOTSKI, 1999, p. 114).

Na sociedade capitalista atual, esse processo de internalização ocorre inicialmente na família, instituição responsável pela socialização primária das crianças. Mas quais são as bases sob as quais se constrói esse ser social que internaliza determinadas funções e que é configurado inicialmente na família?

Ser social e linguagem

Para responder à pergunta acima é necessário sublinhar que o ser social não apenas se expressa por meio da linguagem: ele internaliza o mundo por meio dela e constitui seu psiquismo pela mediação central da mesma. O processo de constituição da subjetividade remete à gênese da espécie, à ontologia do ser social e ao papel central que o trabalho ocupa nesse processo. A transformação de seres biológicos (macho e fêmea) em gênero, isto é, em homens e mulheres a cujos corpos sexuados foram atribuídos significados hierarquizados, ancora o ser na materialidade: a estreita relação entre os seres, sociais e orgânicos, nas quais os primeiros só podem constituir-se tendo por base os segundos, explicita que é mister um dado grau de desenvolvimento do processo de reprodução orgânica, para que possa nascer o trabalho, como base estruturante de um novo tipo de ser (o ser social). Entre os seres orgânicos, estabelece-se uma divisão entre os animados, dotados de *anima*, de movimento próprio, e os inanimados, que não possuem movimento autônomo e dependem de outro ser para existir. Os seres sociais estão enquadrados na categoria de seres animados, dotados de atividade. A atividade humana é o trabalho como ação transformadora da realidade, ação dirigida por finalidades conscientes, deliberadas, intencionais.

Os seres humanos, em comparação com outros espécimes animais, nascem com o menos qualificado dos equipamentos biológicos. A estrutura biológica humana é socialmente determinada (limites), e apresenta pouca especialização, direção e uma grande plasticidade. O processo de humanização é, portanto, uma variável em sentido sociocultural. Os seres humanos constituem a espécie animal que mais tempo depende da presença de um adulto da sua espécie para se constituir efetivamente como ser humano, não apenas um ser vivo. O tornar-se humano é um dever, é preciso que ele aprenda com o outro o conjunto de habilidades necessárias para que se constitua como um ser humano.

O mundo transformado pelo trabalho humano é um mundo de objetividades, compostas por diferentes concretudes. Os seres humanos não conhecem o mundo diretamente, mas o percebem mediado, em primeiro lugar, pela palavra, que é o nome que é dado convencionalmente à coisa pela cultura na qual este ser humano está inserido. Ao entrar em contato com o mundo, ao conhecê-lo, eu conheço os significados dados às coisas. Dirá Vigotski (1998b):

A construção do significado é um processo histórico, que revela aspectos tanto de sua gênese como do seu desenvolvimento e estado atual. O significado muda, mas muda mais lentamente, não é fluido e traz em si toda a riqueza de quem os criou: o povo. Os significados das palavras são formações dinâmicas e não estáticas e modificam-se à medida que a história transcorre, tanto enquanto ontogênese como filogênese e também de acordo com as várias formas pelas quais o pensamento funciona. O que significa dizer que se o pensamento segue as regras da lógica formal ou da lógica dialética, as palavras que utilizamos e os sentimentos que a partir daí podem emergir em cada ser social, são diferenciados (VIGOTSKI, 1998b, p. 156).

O nome é apenas uma representação do ser, não é o ser em si, mas traz muitas informações sobre o processo de constituição deste ser. Cada palavra traz em si um universo; toda palavra é carregada de ideologia.

Nos animais e nos seres humanos, a fala é um meio de contato psicológico com outros de sua espécie e não apenas descarga emocional (VIGOTSKI, 1998b). A fala humana é uma tentativa intencional

é consciente de influenciar ou informar os outros, e que nos animais é uma reação instintiva. Donde se deriva que na constituição do gênero as ordens que são dadas para homens e mulheres, as palavras com as quais os/as nomeamos, são diferentes para o sexo masculino e feminino, visando configurar subjetividades socialmente definidas, como portadoras ou não de determinadas qualidades, como afetividade nas mulheres e razão nos homens.

Vigotski (1998b) afirma que o desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem, isto é, pelos instrumentos linguísticos do pensamento e pela experiência sociocultural da criança. Assim a capacidade do pensamento desenvolver-se em determinada direção, para o pensamento abstrato ou para o pensamento operacional, seria uma construção mediada pela aquisição sociocultural do ser humano. Na educação realizada na família, destina-se para os meninos brincadeiras na rua, que envolvem mais pessoas e mais contatos, brinquedos que podem ser quebrados e que facilitam construir pensamentos mais amplos; para as meninas, não existe troca com seus pares, são confinadas em casa e seus brinquedos não podem ser destruídos, devem ser preservados, daí o limite de possibilidades de pensamento abstrato, que interfere no seu desenvolvimento intelectual (VIGOTSKI, 1998b). Embora não haja diferença biológica na capacidade de aprendizagem de homens e mulheres, aparecem diferenças no resultado, no que e no como homens e mulheres aprendem, porque a natureza do próprio desenvolvimento se transforma, do biológico para o sócio-histórico.

Para entender o agir humano, Vigotski (1998b) buscou uma unidade de análise do comportamento humano capaz de incluir todas as manifestações psicológicas, das mais elementares às mais complementares e encontra essa unidade no significado, o qual desempenha papel importante na interligação das diferentes funções psicológicas e dessas com o corpo e a sociedade. O ser humano conhece o mundo não diretamente, mas mediado pela palavra e estas são dotadas de sentido e significado. O sentido da palavra pode ser definido como a síntese de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta na consciência, possuindo zonas de estabilidades desiguais, sempre em movimento, além disso, o

Sentido é um todo complexo, fluido e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado é apenas uma das zonas do sentido, a mais estável e precisa. Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge: em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações de sentido (...) não passa de uma potencialidade que se realiza de formas diversas na fala (VIGOTSKI, 1998b, p. 181).

O significado é uma das zonas dos sentidos, apesar da estabilidade e precisão que lhe dá o dicionário, seu sentido depende do contexto. É ele o princípio organizador de desenvolvimento da consciência e é inseparável da palavra, embora não seja idêntico a ela, pois

As palavras desempenham um papel central não só no desenvolvimento do pensamento, mas também na evolução histórica da consciência como um todo. Uma palavra é um microcosmo da consciência humana (VIGOTSKI, 1998b, p. 190).

O patriarcado não é simplesmente o conjunto de regras que regem as relações privadas entre os gêneros, e aí (somente) constitui seu domínio. Pelo contrário, o patriarcado perpassa todos os setores da vida, inclusive a linguagem:

Ao estudarem o conjunto dos antigos termos de parentesco comum, os linguistas obtiveram também informações que lhes permitiram conhecer melhor os povos que falavam essas línguas. De suas pesquisas ressalta a imagem de uma sociedade fortemente hierarquizada, dominada pelo pai (grifo no original) todo poderoso, que aparecia não como genitor, mas como o chefe supremo da 'grande família'. Era esse o sentido da palavra PATER FAMILIAS em latim. Todos lhe deviam obediência absoluta, até a mãe (*grifo no original*), considerada apenas como a pessoa que punha os filhos no mundo (WALTER, 1997, p. 15).

O pensamento e a palavra constituem entre si uma complexa relação, um processo vivo, em que o pensamento nasce por meio das palavras, sendo que tanto um pensamento não expresso por palavras permanece na sombra, quanto uma palavra desprovida de construção racional é uma coisa morta.

A relação entre pensamento e palavra é produto do desenvolvimento histórico da consciência humana. Na evolução histórica da linguagem, a própria estrutura do significado e a sua natureza também mudam, não simplesmente altera-se o conteúdo de uma palavra, mas altera-se principalmente, o modo pelo qual a realidade é generalizada e refletida em uma palavra. Para Vigotski (1998b), a palavra é o coroamento da ação, e se as palavras que nomeiam os gêneros são palavras diferentes e hierarquizadas valorações sociais, pode-se deduzir que as possibilidades de ação dos homens e mulheres também são diferentes, não por diferença de capacidades biológicas, mas porque assim são socialmente construídas. Ou seja, as formas sociais atuais pelas quais nomeamos homens e mulheres e seus respectivos atributos expressam e são expressão de interesses patriarcais e capitalistas.

Posto que os significados das palavras se alteram em sua natureza intrínseca, modificando a relação entre o pensamento e a palavra, deduz-se que, nas sociedades patriarcais capitalistas, os significados atribuídos às qualidades de fêmeas e machos são sexistas na medida em que atribuem ao homem qualidades da vida pública e à mulher qualidades apenas da vida privada. Dessa forma, esses significados são internalizados e constroem sentidos sexistas, constituindo-se como sustentáculo simbólico da opressão de gênero. A relação entre o pensamento e a palavra não é uma coisa mas um processo, um movimento contínuo de vaivém do pensamento para a palavra e vice-versa (VIGOTSKI, 1998b).

Vigotski (1998b) afirma que o pensamento tende a estabelecer uma relação entre as coisas: ele se move, amadurece e se desenvolve, desempenhando uma função e solucionando um problema. As ordens que são dadas na intersubjetividade, nessa sociedade hierarquizada, são ordens de poder e de dominação. Elas são internalizadas, transformadas em sentidos pessoais, em jeitos de ser, estar e agir no mundo.

Família e a construção e manutenção das desigualdades de sexo/gênero

Para as feministas de tradição materialista, o que determina, em última instância, a desigualdade social entre mulheres e homens é a dimensão da posição ocupada na produção da existência. Essa opção se dá porque, de um lado, o que move o emprego do sistema sexo/gênero como ferramenta teórica para interpretar a realidade é justamente a desigualdade social entre os homens e as mulheres; e, de outro, é que a desigualdade fundamental é a relativa às formas como os seres humanos se relacionam na produção de sua existência. Aquelas/es que se propõem construir uma teoria da desigualdade de caráter material não ignoram as demais esferas da vida social, mas consideram que, em última instância, a importância que esses

aspectos possuem – incluindo os legais, ordens de valores e psíquicos – são o resultado do modo como se organiza a produção da existência (IZQUIERDO, 2001). Aquilo que se apresenta na sociedade capitalista como específico do gênero feminino, na verdade é uma relação entre sexos; o específico das fêmeas é contribuir à produção da existência humana como tal.

A atividade que as donas de casa exercem é uma atividade de gênero feminino por excelência e é associada às fêmeas; outras atividades, que não só a das donas de casa, são atividades de produção da vida humana e elas, como outras atividades em que as fêmeas são claramente majoritárias, ligadas ao cuidar de pessoas, da vida humana em geral, também são consideradas atividades femininas. De forma que se pode estudar o gênero do ponto de vista das estruturas sociais: as sociedades de classes se estruturam em dois gêneros, o que produz e reproduz a vida humana (o feminino) e o que produz e administra a riqueza, mediante a utilização da força vital dos seres humanos (o masculino). Como no capitalismo a produção de mercadorias é a atividade que detém a hegemonia, as demais atividades, inclusive o setor que produz a vida humana, encontram-se subordinadas ao setor que produz e faz circular a riqueza. Assim, falar de desigualdade de gênero, refere-se a esse tipo de desigualdade. As atividades de produção e reprodução da vida humana prevalecem entre as fêmeas, não, contudo, exclusivamente. Entretanto a desigualdade de gênero se produz, independente de os/as executores/as serem fêmeas ou não.

A desigualdade estrutural de gênero refere-se a que nível – de retribuição, de formação, de prestígio, de poder – destinado às atividades femininas é inferior ao que se concede às atividades masculinas, sejam elas desenvolvidas por fêmeas ou machos. A desigualdade de sexo não é a mesma coisa que desigualdade de gênero, mesmo que com ela guarde estreitas ligações. A desigualdade de sexo reporta-se ao fato de que as fêmeas, ocupando posições sociais masculinas ou femininas, são menos consideradas, têm menos poder que os machos e recebem menores salários (IZQUIERDO, 2001).

As atividades destinadas às mulheres pela educação de gênero, expressa e obedece a lógica da divisão sociosexual do trabalho: homens na vida pública, nas tarefas da produção, e mulheres na vida privada, nas tarefas da reprodução social.

Ao analisarmos as formas pelas quais os seres humanos organizam sua vida no que se refere à reprodução social, que no MPC é atribuída à família, faz-se mister denotar que a família exerce um papel fundamental na construção da desigualdade de gênero (TOZONI REIS, 1989), mas este é um papel subsumido ao modo de produção e não forma causal. Isto é, responsável pelas primeiras formas de transmissão do processo de vir a ser dos seres humanos, a família expressa a lógica do MPC e o faz obedecendo não a uma lógica autônoma, autóctone, mas subordinada ao modo de produção capitalista, que os expressa na forma do patriarcado. São os dois momentos de um mesmo fenômeno, dialeticamente ligados, mas não são idênticos. Para analisar a família é fundamental perscrutar as particularidades da sua relação com a produção do valor, posto que é na forma como ela está organizada que se dá a reprodução, tanto biológica como social da força de trabalho.

A organização patriarcal que se expressa na família, e ali se materializa, tem sua gênese fora dela, na organização de trabalho que exige e possibilita que tal organização ocorra, em cada época histórica, de uma determinada forma e não de uma outra. Como nos ensinam Marx e Engels (2007),

No século dezoito, o conceito da família foi abolido pelos filósofos, porque a família atual já se encontrava em processo de dissolução, nos maiores pináculos da civilização. O laço familiar interno foi dissolvido, os componentes isolados que constituíam o conceito da família foram dissolvidos, por exemplo, obediência, piedade, fidelidade matrimonial, etc.; mas o corpo real da família, a relação de propriedade, a atitude exclusiva em relação a outras famílias, a coabitação forçada – relações produzidas pela existência de crianças, a estrutura das cidades modernas, formação de capital, etc. – tudo isso foi preservado, embora com numerosas violações, porque a existência da família foi tornada necessária por sua conexão com o modo de produção, que existe independentemente da vontade da sociedade burguesa (MARX et ENGELS, 2007, p. 181).

Depreende-se, assim, que o papel ideológico, de construção das subjetividades necessárias para a reprodução do modo de produção vigente, realizada no interior da família, é essencial e tem um papel fundamental neste processo, mas não é uma atuação meramente ideológica. Cada modo de produção busca atuar sobre a produção das subjetividades necessárias para sua própria reprodução (SOUZA, 2006) e o faz segundo as determinações de classe, sexo/gênero e raça/etnia. No que se refere à forma como se organiza a relação entre os sexos, esta é a primeira e grande tarefa ideológica da família.

As determinações da família são construídas e construtoras do MPC e seu eixo central é constituinte da desigualdade de gênero, que, por esta, é constituída, sendo a família organizada para construir e solidificar esta desigualdade.

A família é definida na teoria social como a forma histórica sob a qual a sociedade capitalista organiza as tarefas da reprodução da vida. Em formas históricas diferentes da atual, a forma que assume os cuidados com as novas gerações e as tarefas da reprodução social é outra, bem como a nomeação a ela referente. A discussão sobre a família se divide, basicamente, em dois grandes ramos, com nuances diversas. A corrente conservadora defende que a família é base da sociedade e garantia de uma vida social equilibrada; já a corrente mais progressista denuncia a família como um entrave ao desenvolvimento social, nociva ao desenvolvimento dos seres humanos e *locus* da fabricação de neuroses. Mas as duas posições reconhecem a importância da família, no papel que ela desempenha no que se refere às relações sociais travadas entre os seres humanos e à vida emocional dos seus membros. A família é a primeira mediadora entre o indivíduo e a sociedade, e nela ocorre a primeira forma de o indivíduo perceber o mundo, bem como de situar-se nele, e a partir daí formar a identidade social e o primeiro “nós”. Teóricos como Talcott Parsons e Sigmund Freud representam a família nuclear burguesa como universal e imutável (TOZONI REIS, 1989), o que contribui para que as ciências sociais construam uma representação ideológica da instituição familiar como algo natural e imutável.

Para desvelar os mecanismos de manutenção da ordem social vigente, que são criados e fortalecidos na família nuclear burguesa, deve-se partir da determinação histórica, que é a relação entre família e divisão social do trabalho

A família é construída pelo modo de produção e dele é construtora. Na família inicia-se o processo de divisão social do trabalho, com a divisão sexual do trabalho, que cria a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, sobre a qual se funda o modo de produção capitalista. A estrutura familiar é determinada pelo estágio de desenvolvimentos das forças produtivas e do processo de divisão social do trabalho. No capitalismo, ocorre um padrão dominante da família em todos os segmentos sociais, que é a família

monogâmica burguesa, mas existem padrões internos que diferenciam as famílias em classes sociais diferentes e dentro da mesma classe. Em suma, a família não é algo natural, biológico, mas uma instituição criada pelos seres humanos em relação, o que se constitui de formas diferentes em situações e tempos diferentes, para responder às necessidades sociais e estabelecer-se em torno de uma necessidade material: a reprodução.

A família exerce duas funções principais: uma função ligada à reprodução biológica e uma função ideológica. Sua função econômica é reproduzir a força de trabalho, do ponto de vista tanto da reprodução biológica da espécie (a procriação), como do ponto de vista de preparar o/a trabalhador/a para que ele/ela esteja pronto/a para vender sua força de trabalho dia após dia; e na família nuclear burguesa isto envolve funções de limpar, cozinhar, acolher afetivamente, fornecer descanso físico (como dormir). A função ideológica da família é a de reproduzir a ideologia dominante, e isto se dá de maneiras diferentes nas e para as diferentes classes, sexos/gêneros e raças/etnias, justamente porque são diferentes os locais de produção e reprodução da vida.

No capitalismo, os pais são os primeiros e principais agentes da educação e transmitem, desde o nascimento da criança, uma noção ideologizada da própria família, que apresenta família como (se fora) algo natural, universal e imutável. A criança, por depender afetiva e fisicamente dos pais e por ainda não ter construído mecanismos de reflexão, inserida que ainda está no mundo da emoção, recebe as noções de mundo que lhe são inculcadas como se fossem as únicas, portanto verdadeiras.

Vigotski (1999b) postula que não é apenas a nossa forma de pensar e o sistema de conceitos que nos são impostos pelo meio circundante, como também os nossos sentimentos são impostos.

Nas sociedades patriarcais (existentes em todas as formas de sociedades de classes), no interior da família, é a mulher que assume a função de educar as crianças, orientando-as diferentemente, se homens ou mulheres. Essas orientações, que se referem a todos os setores da vida, como comer, se comportar, sentir, trabalhar, são internalizadas. Atente-se que a diferenciação já vem desde a classe social – determinação que ocupa um papel central na constituição dos sujeitos – como também quanto à raça/etnia, sexo/gênero e geração.

As exigências sociais postas diferente e desigualmente para homens e para mulheres são internalizadas por cada um dos sujeitos, transformadas em psiquismo, em subjetividade. Tais determinações não são todas internalizadas do mesmo modo, mas sempre de modo singular, produzindo subjetividades tanto concordantes como desviantes.

Marx (1997), ao afirmar que os seres humanos fazem a história³, enfatiza que o fazem sob condições herdadas dos mortos, que oprimem o cérebro dos vivos, mas não segundo sua vontade. Este processo está expresso de modo cristalino quando analisamos o processo de educação de gênero. Tal processo não ocorre apenas na escola, mas se inicia já antes de a criança nascer, na família, quando a criança está ainda no útero, e o núcleo familiar, que a acolherá, começa a fazer planos e a efetivar a entrada dessa criança no mundo. Esta preparação se dá de forma sexuada, isto é, preparam-se homens e mulheres, conforme o sexo da criança seja macho ou fêmeo. Desde os primeiros afetos que recebe, desde os primeiros elogios, vai se conformando uma determinada forma de ser homem e de ser mulher. Ao amamentar, as mães já se demoram mais tempo

com seus filhos machos no peito do que com suas filhas fêmeas. Subjaz aqui uma concepção (inconsciente para as mães que a praticam) de que os meninos, para serem grandes e fortes, precisam de mais alimentos que as meninas, pois se destinam a tarefas mais pesadas; as meninas, porque se dedicarão a tarefas mais leves, precisam de menos alimentos e não podem engordar. Ao escolher brinquedos, o entorno destina os carrinhos aos meninos, e as bonecas às meninas. Os carrinhos podem ser desmontados, pois permitem um conhecimento aprofundado do funcionamento dos processos internos; as bonecas não devem ser desmontadas, é necessário cuidar da aparência delas, o que treina o “cuidar” do outro e o conhecer na superfície, sem poder ir além dela, sem estimular a curiosidade intelectual. As aparentemente “inocentes” brincadeiras em grupo treinam, também, o ser mulher e o ser homem.

São diversas e variadas as concretudes constituintes do gênero e vão da objetividade material do brinquedo ao subjetivo afeto que sentimos por cada um dos gêneros e passam inclusive pelos projetos de futuro concebidos para filhos e filhas. Enfim, na sociedade de classes, os significados dados ao ser macho e ao ser fêmea são significados ligados ao poder e à dominação, pois estes são os sustentáculos desse organismo social.

Uma das estratégias mais utilizadas pela sociedade capitalista patriarcal na constituição do gênero é a divisão entre os mecanismos psicológicos, sendo que a função psicológica de afetividade tem sido superestimada nas mulheres, e a racionalidade superestimada nos homens, ocorrendo uma cisão entre os mecanismos emocionais e intelectuais, trabalhando-se nas conexões, enfraquecendo alguns aspectos e fortalecendo outros.

Esta atuação social, que ocorre na educação de homens e mulheres, se transforma em psiquismo, em vivência singular, sendo internalizada por cada um dos sujeitos. Os significados são internalizados e transformados em sentidos pessoais. Esses sentidos são únicos, mas têm uma forte ligação com o significado, isto é, com a materialidade sobre o qual se construiu esse conceito. O sentido é exteriorizado como ação, forma de ser e estar no mundo. Mesmo mantendo forte relação com o significado, esse sentido é vivido por cada sujeito como se fosse uma autocriação. No sentido reside dialeticamente tanto a manutenção como o potencial de rompimento com as ordens externas: quando internaliza-se o significado e vive-se o sentido como se fora somente seu, não aprendido, inato, o sujeito contribui para a manutenção das formas opressivas que ditam o significado do ser homem e ser mulher; quando vive-se o sentido como possibilidade de criação e potencial de rompimento, é possível romper com as ordens opressivas, ressignificando e resistindo a obedecer.

A luta social geral e a feminista por excelência, com a palavra de ordem “o pessoal é político”, ao possibilitar a construção de novos sentidos para significados cristalizados, acerca das formas de convivência entre os sexos, tem contribuído para mudanças nas formas familiares, que, por novas e (ainda) minoritárias, ainda não permitem falar em rompimento de padrão patriarcal, mas apontam para a possibilidade de novas formas de gerir o afeto, a sexualidade e o cuidado com as novas gerações. Apesar de a forma de família dominante continuar sendo a família nuclear patriarcal (pai, mãe e filhos/as), formas incipientes de organizar a vida afetivo/reprodutiva/sexual têm surgido na atualidade. A própria família tem assumindo novas funções.

A incorporação de grandes contingentes de mulheres ao mundo do trabalho tem levado para fora da família, ao Estado e ao mercado, algumas das funções que se desenrolavam no seio da família (por exemplo, os cuidados com as crianças em idade pré-escolar, que cada vez mais vão para a creche). Como afirma Izquierdo (2001), o exercício do direito ao trabalho e a esperança de que as mulheres cheguem a exercê-lo plenamente coloca a possibilidade de que as tarefas domésticas se realizem na esfera estatal ou mercantil, liberando as mulheres dessas funções feitas privadamente e remunerando-as, de forma a criar também novos postos de trabalho, que possam ser exercidos por qualquer sexo. Isso significa necessariamente um rompimento com a divisão sociosexual do trabalho vigente no MPC, tarefa que só pode ser realizada no interior do processo revolucionário, que destrói as velhas estruturas e possibilita o surgimento de novas.

Conclusões

Desta forma, para a destruição da velha sociedade capitalista, com seu corolário de exploração, opressão e dominação e a possibilidade de surgimento de uma nova sociedade, na qual a divisão social do trabalho seja abolida, a condição necessária, porém não suficiente, é de que seja abolida concomitantemente a divisão sexual do trabalho. Para tanto, na esteira do que pôde realizar a Revolução Soviética – e indo além, pois as forças produtivas já avançaram sobremaneira até os dias atuais –, faz-se mister promover mudanças que impactem a divisão sexual do trabalho, tornando as tarefas de reprodução social uma tarefa a ser realizada coletivamente, sem divisão por sexo/gênero. Se faz mister derruir os fundamentos que sustentam a divisão público privado, que sustentam a reprodução sexual do trabalho.

Sustenta-se aqui que a análise da divisão sociotécnica e sexual do trabalho deve estar ligada, necessariamente, à discussão da emancipação e das necessidades humanas. A divisão técnica do trabalho possibilitará a eliminação do trabalho brutal, sujo, penoso, degradante. Livre do trabalho como *tripalio*, os seres sociais objetivar-se-ão de diversas formas. A possibilidade de objetivar-se criativamente deve estar disponível para todos/as, sem distinções de classe, sexo/gênero ou raça/etnia.

Um mundo emancipado deve abolir a divisão sociosexual do trabalho, possibilitar a disponibilidades dos seres sociais para efetuar uma educação polivalente, dialeticamente determinadas pela necessidade social do sujeito coletivo e pelo desejo/capacidade dos sujeitos singulares. Daí a máxima, “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!” (MARX, 2012, p. 33).

Preferências individuais e tecnologias de produção sempre existirão mas,

(...) na sociedade comunista, onde ninguém tem uma esfera exclusiva de atividade, mas pode aperfeiçoar-se no ramo que lhe apraz, a sociedade regula a produção geral, dando-me assim a possibilidade de hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais no anoitecer, criticar após o jantar, segundo meu desejo, sem jamais tornar-me caçador, pescador, pastor ou crítico (MARX et ENGELS, 1986, p. 47).

Que o acesso à riqueza produzida socialmente seja facultado a todos, que o trabalho produtivo e reprodutivo não encontrem cisões orientadas por critérios biológicos, e que sejam realizados social e coletivamente. As lutas para destruir o MPC passam necessariamente pela lutas contra a divisão sociosexual do trabalho, pilar essencial do binômio exploração/opressão.

Referências

- ENGELS, Friedrich. **El anti-Dühring**: o “la revolución de la ciencia” de Eugenio Dühring. Introducción al estudio del socialismo. 4ª. ed. Buenos Aires: Claridad, 1972.
- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. In GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
- HARTMANN, Heidi. Segregación de los empleos por sexos. In EINSENSTEIN, Zillah R (comp.). **Patriarcado capitalista y feminismo socialista**. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1980.
- IZQUIERDO, Maria Jesús. **Sin vuelta de hoja**. Coleção “La biblioteca del ciudadano”. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2001.
- LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In NEAM (Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP. **Ontologia Social**, Cadernos n.º 1. Profissional e Política. São Paulo: NEAM, 1997.
- MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. L1. O processo de produção do capital. T1. Coleção “Os Economistas”. São Paulo: Nova Cultura, 1996.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. L1. O processo de produção do capital. V1. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. L1. O processo de produção do capital. V2. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989b.
- MARX, Karl et ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl et ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Feuerbach. 5ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MOHUN, Simon. Divisão do trabalho. In BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 112-114.
- NETTO, José Paulo (org.). **Lukács**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.
- SOUZA, Terezinha M S. **Emoções e capital**: as mulheres no novo padrão de acumulação capitalista. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). São Paulo, 2006.
- TOZONI REIS, José Roberto. Família, emoção e ideologia. In LANE, Sílvia et CODO, Wanderley (orgs.). **Psicologia social**: o homem em movimento. 8ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 99-124.
- VIGOTSKI, Liev S. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- VIGOTSKI, Liev S. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.
- VIGOTSKI, Liev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VIGOTSKI, Liev S. **Pensamento e linguagem**. 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998b.
- WALTER, Henriette. **A aventura das línguas no Ocidente**: origem, história e geografia. São Paulo: Mandarim, 1997.

Notas:

1 Professora Adjunta na Faculdade de Ciências Sociais/CCH da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Pós-doutora junto ao Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa. *Visiting Scholar* no Departamento de Filosofia e Bens Culturais na Università Ca’ Foscari – Veneza, Itália. Psicóloga, mestre e doutora

em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Líder de Pesquisa CNPq, coordenadora do Núcleo de Estudos de Trabalho, Raça/Etnia e Gênero a partir do Materialismo Histórico-dialético (NEGREM).. Orcid:: <https://orcid.org/0000-0002-7787-9266>. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4829537426500906> . E-mail: terezinha.souza@unirio.br

2 “La economía política, en el sentido más amplio de la palabra, es las leyes que rigen la producción y el cambio de los medios materiales de subsistencia en la sociedad humana” (ENGELS, 1972).

3 “Os homens fazem sua própria história, mas a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 1997, p. 21).

Recebido em: 21 de abr.2023

Aprovado em: 30 de abr.2023